

A realidade de Brasília

Marcia Kubitschek

Desde sua inauguração, em 1960, Brasília desempenha um papel fundamental no desenvolvimento do País. Sede dos Três Poderes da República, abriga e dá condições de funcionamento ao Executivo, Legislativo e Judiciário. São condições de excelência — serviços prestados a tempo e a hora, para que o Presidente da República, senadores, deputados, magistrados, ministros de Estado e membros do Corpo Diplomático de todo o mundo possam aqui ter conforto, segurança e tranquilidade para executar suas atribuições.

Sediar o Governo Federal é a função precípua do Distrito Federal, por determinação da Constituição Federal, uma imposição da lei. Mas uma outra, não menos importante, se coloca neste quadro: a de fomentar, por sua presença, o desenvolvimento regional. A interiorização do crescimento econômico brasileiro, antes encravado entre as montanhas e o mar, se deu a partir de Brasília. O Centro-Oeste brasileiro, Goiás, Tocantins, o oeste de Minas Gerais, hoje, são áreas em desenvolvimento, promissoras e produtivas, que acrescentam riquezas ao País e se firmam no quadro econômico como multiplicadoras de recursos.

Brasília cresceu muito desde sua inauguração. Milhares de brasileiros vieram de todos os pontos do País para encontrar aqui a qualidade de vida que não podiam mais almejar em seus estados de origem. Somos hoje um milhão e 700 mil pessoas, que trabalham duramente, como outros brasileiros, para debelar as dificuldades, com o objetivo comum de levar o País a uma posição mais justa e confortável na ordem mundial.

Os anos 90 trouxeram para todos o agravamento de uma crise sem precedentes. Criado sob condições especiais, o Distrito Federal tem menos alternativas para superar as adversidades econômicas. Não se pode implantar aqui, desordenadamente, núcleos industriais tradicionais, sob o risco de se implantar os mesmos problemas de outros gran-

des centros. Não podemos desprezeitar a originalidade da cidade, sob pena de desprezarmos as leis que a regem.

Crítica-se Brasília pelos ônus que sua existência imporia à União. Não se consideram os bônus que ela devolve ao Governo Federal, na forma das já afirmadas condições de trabalho proporcionadas aos governantes, ou na forma da integração do País com a região central, sua porção mais esquecida até 30 anos atrás.

Brasília é uma cidade extremamente competente do ponto de vista da produção de recursos. Na última arrecadação enviou aos cofres federais dois bilhões de dólares, provenientes do Imposto de Renda e do Imposto Sobre Produtos Industrializados. Recebeu de volta 30 milhões de dólares.

Crítica-se ainda o alto custo da folha de pagamento das três áreas atualmente sob a responsabilidade do Governo Federal — Saúde, Segurança e Educação. É preciso lembrar que a segurança em Brasília faz parte das obrigações constitucionais da União para com o Distrito Federal, através de dispositivo inserido na Constituição de 1988. Não é demais reafirmar que a presença dos mais altos dirigentes e do Corpo Diplomático justificam esta condição.

Os sistemas de saúde e educação em Brasília atendem a todos os funcionários federais e seus familiares em condições superiores às encontradas em outros estados. Além disso atendem à população do entorno de Brasília. Temos, na rede pública de ensino, 18 mil 900 professores e 439 mil alunos. São números expressivos, sem dúvida, mas absolutamente necessários para se manter a cidade funcionando adequadamente.

Apesar disso tudo, não nos faltam críticas. Temos ouvido inúmeros argumentos contra a construção do metrô na cidade. Instituições insuspeitas, como o Banco Mundial, fornecem argumentos que, mais uma

vez, contestam estas críticas. Brasília está construindo o metrô mais barato de quantos estão em fase de implantação. Ao custo de 13 milhões de dólares por quilômetro — 10 por cento do que custa a linha paulista do metrô de São Paulo — Brasília terá um sistema de transporte digno, necessário em função da pressão de demanda do sistema atual.

O Distrito Federal tem 24 mil passageiros/hora utilizando o transporte coletivo — número em muito superior ao limite de 18 mil passageiros/hora que o sistema convencional suporta. Este é o argumento incontestável. Existe uma necessidade real de novas tecnologias no setor transporte. O governo do Distrito Federal faz absoluta questão de tratar o metrô de maneira austera. As técnicas de construção foram estrategicamente traçadas em função do barateamento da obra, sem prejuízo da segurança ou da qualidade. Dos 40 quilômetros do metrô brasileiro, 31 correrão sobre a superfície. Os trechos subterrâneos são feitos com tecnologia já praticada pela indústria brasileira. Não há inovações caras, apenas técnicas que o bom-senso indica. Em Brasília o metrô terá custado menos que qualquer um dos construídos no Brasil ou na América Latina.

O governo do Distrito Federal prima pelo respeito às verbas públicas e não pretende transformar-se em escoadouro de recursos da União. Brasília é a capital dos brasileiros, não dos brasilienses. Nossa população é um amálgama de toda a Nação, de todas as culturas nacionais. Daí a obrigação de zelarmos por ela, conforme nos determina a Constituição Brasileira. Não somos a capital de um governo regional, mas o espaço federativo criado para ser o centro das mais altas decisões nacionais. Desconhecer ou desejar ignorar esta realidade é negar a lei, levando à indigência, junto com sua capital, a própria Nação.

■ Marcia Kubitschek é vice-governadora do Distrito Federal